Pontos de Interrogação
Revista de Crítica Cultural

BY-SA

ISSN: 2237-9681
10.30620/pdi.v15n2.p7

APRESENTAÇÃO

Inteligência Artificial e Sul Global: problemáticas e perspectivas

Breno Fernandes – UNEB
Antonio Cláudio da Silva Neto – UNEB
Osmar Moreira dos Santos – UNEB

Este dossiê, *Inteligência Artificial e Sul Global: problemáticas e perspectivas*, proposto pela coordenação do Laboratório de Inteligência Artificial do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (LabIA/Pós-Crítica) para a revista *Pontos de Interrogação* (vol. 15, n. 12), nos dá a oportunidade de provocar nossa grande área, de Linguística, Literatura e Artes — e não apenas ela —, para um debate abrangente sobre a materialidade do significante, nesses tempos de guerra cognitiva, dispersão serial, confusão entre *atual* e *virtual* e o mais o grave: a exclusão de milhões de usuários de Inteligência Artificial (IA) sob a lógica cognocida do colonialismo digital e do fetichismo da tecnologia.

Nove artigos inéditos, de pesquisadores de diversas partes do Brasil e de variados campos do saber, integram este dossiê. De partida, em "Dos invernos aos vieses algorítmicos: linha do tempo da Inteligência Artificial", Maria Daliane Ferreira Barroso, Cassandra Ribeiro Joye e Sinara Socorro Duarte Rocha apresentam uma didática e bem construída genealogia de como diferentes correntes de concepção da IA estiveram em disputa ao longo do século XX, e como a IA tal qual a conhecemos hoje — a variante conexionista — é uma forma histórica, uma tecnologia que se deseja hegemônica e, como todo elemento dominante em dada hegemonia, carrega ideologias favoráveis ao *status quo* e às dinâmicas pós-coloniais que, mesmo em ruínas e arruinando o mundo, ainda querem se fazer universais. Mas, ao mesmo tempo que denunciam essas ideologias — o machismo, a branquitude, a ocidentalidade por trás da IA realmente existente, traços marcantes do que elas chamam de *vieses algorítmicos* —, as autoras defendem sua superação, a fim de que se possa, de fato, construir IAs tecnodiversas, cultural e epistemologicamente.

Como dar início a essa superação? Em "A nuvem, a fazenda e o artificial: três contradições do capitalismo informacional", Pedro Victor Carvalho sugere um caminho: começar pela cognição, isto é, pela linguagem. Se — como afirmam George Lakoff e Mark Johnson em *Metáforas da vida cotidiana* — a metáfora é a base de nossos processos de pensamento, isto é, a natureza de nosso sistema conceitual, então investigar as metáforas que usamos, a fim de tensioná-las, abre caminho para outro pensar, outra ordem simbólica. É exatamente o que Carvalho faz, ao demonstrar que os modos como passamos a falar da computação em *nuvem*, das *fazendas* de cliques ou de dados e da própria Inteligência *Artificial* conduzem o pensamento numa direção que escamoteia as complexas relações de poder na base das inovações tecnológicas e de sua desigual distribuição produtiva e consumidora pelo globo. Mudar as metáforas, portanto, pode literalmente mudar o mundo.

Mas é claro: esse é só um primeiro passo. Vivemos num mundo organizado pela ideologia do nacionalismo há dois séculos, e parte de nossa capacidade de ação está condicionada aos construtos da nação, como as fronteiras e os ordenamentos jurídicos nacionalmente delimitados. E o que Igor José da Silva Araújo argumenta em "Responsabilização penal de *data centers* à luz da Lei nº 9.605/98 e do artigo 225 da Constituição Federal" é que o Brasil dispõe, tanto na sua base constitucional quanto na sua legislação ordinária, de mecanismos legais para enfrentar os novos desafios impostos pela datificação da economia global, sobretudo no que concerne aos impactos previstos para o meio ambiente. Essa jurisprudência ambiental, depreende-se da leitura do artigo de Silva Araújo, é fundamental para frear a sanha das *big techs* (aliadas ao setor empresarial brasileiro, é importante frisar) que querem instalar *data centers* cada vez mais onerosos energeticamente por aqui, com o intuito de usufruir dos incentivos fiscais que seu próprio *lobby* gera, bem como da abundância de recursos limpos que conformam a matriz energética brasileira.

Quanto à capacidade de preservação de nossa soberania informacional, numa era em que os dados que possibilitam a eficácia da IA são por vezes taxados de a *commodity do século XXI*, as salvaguardas jurídicas ainda são insuficientes, e os desafios estão apenas começando, para todo o Sul Global.

Comparando episódios recentes envolvendo *big techs* em ação na Argentina, no Chile e na Índia, os pesquisadores Rafael de Lima Kurschner, Anna Cláudia Menezes Lourega Belli e Claudia Voigt Pisconti Machado constroem um sofisticado tripé defensivo no artigo "Inteligência Artificial, empresas transnacionais e colonialidade de dados: desafios ao direito à soberania informacional no Sul Global". Regulação ética, devida diligência e cooperação multilateral inclusiva são as três frentes nas quais devemos atuar paralelamente, a fim de inibir a lógica extrativista dos dados; dirimir os impactos das *big techs* sobre os direitos humanos e sobre a autodeterminação informacional dos povos; e fortalecer a autonomia tecnopolítica do Sul Global.

Encerrando o que se poderia chamar de primeiro bloco do dossiê, composto de trabalhos que tratam de temas ligados às bases materiais da IA — seus custos infraestruturais, ambientais e humanos —, Joana Peixoto e Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar demonstra como a teoria marxista nos permite encaixar o advento da economIA (o termo é nosso, não dela) nas dinâmicas do capitalismo do século XXI. Em "Marx's theory of value: do Artificial Intelligences reconfigure or confirm capital's contradictions?", o pensamento da autora pode ser sintetizado no argumento de que a automação generalizada da economia, alentada com o surgimento da IA, mina as próprias bases do capitalismo, pois, quando a produção prescinde quase completamente do trabalho humano (fonte exclusiva da mais-valia), a taxa de lucro colapsa e revela o limite histórico do modo de produção do sistema capitalista. Portanto, a despeito do otimismo daqueles que enxergam na IA uma ferramenta de combate às cada vez menos esparsadas crises econômicas que vivenciamos, da perspectiva marxista ela mais parece a expressão máxima das contradições estruturais que engendram tais crises. Se, no recém-lançado *Tecnofeudalismo*, o economista grego Yanis Varoufakis defende que o capitalismo da nuvem, tal qual emergiu após as *big techs* absorverem a dinheirama que os bancos centrais do Norte lançaram no mercado tanto após a crise de 2008 quanto após a pandemia de covid-19, gerou uma estrutura que não seria mais reconhecível como capitalismo, Echalar nos faz ver que, quando o assunto são as *big techs*, ainda que a marcha do capital mude de ritmo, as solas de suas botas seguem nos pisoteando.

Um segundo bloco do dossiê, no qual se destacam análises sobre as relações entre IA e educação, começa com um brado: o "Manifesto Periocrítico sobre Inteligência Artificial e o Sul Global", assinado por Gladison Luciano Perosini. Inspirado por Paulo Freire, Mikhail Bakhtin e Antonio Gramsci, Perosini há alguns anos tem trabalhado com a noção de *periocrítica*, entendida, no que concerne às novas tecnologias, como ferramenta para formar sujeitos capazes de lidar com os algoritmos que constroem ou conformam os discursos e os dispositivos de poder que atravessam a vida social contemporânea. Seu texto nos alerta para a importância de fazer da pedagogia e da educação o *front* daquilo que, em palestra[1] dada na abertura dos Colóquios de SoberanIA Popular do Pós-Crítica, Ano I (2025), a cientista política Isabela Rocha chamou de *defesa cognitiva*, isto é, a capacidade de uma população de se manter mentalmente resiliente perante propaganda ou operações psicológicas, inclusive guiadas por plataformas digitais.

Porém, se quisermos ser eficazes nessa missão, precisamos fazer uma autocrítica. No segundo e último artigo deste segundo bloco, "O *hype* das IAs e os estudos da Linguística Aplicada no Brasil: agenciamento de práticas, subjetividades e sentidos", Maryane Carvalho Pereira e Débora Liberato Arruda avaliaram uma pequena mas significativa amostragem do que de mais recente tem sido produzido na pesquisa brasileira, no que concerne às IAs estudadas pela Linguística Aplicada, e o resultado está aquém do desejado: além de todos os estudos se debruçarem somente nas IAs geradoras de texto escrito, sem dar atenção àquelas capazes de produzir imagens, vídeos e áudios, 71,9% deles parecem enxergar as IAs como ferramentas neutras, limitando o potencial da tecnologia às utilidades específicas para o ensino de línguas. Na contramão dessa perspectiva, apenas 28,1% dos estudos analisados pelas autoras demonstraram o entendimento que, a nosso ver, nenhum pesquisador, seja da Linguística, seja de outro campo das humanidades, pode deixar de ter em relação às IAs: o de que elas agora participam ativamente do processo de construção cultural. Nesse contexto, defendem Pereira e Arruda, as IAs provocam deslocamentos

1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7h8LHCgJlAo. Acesso em: 7 mar. 2026.

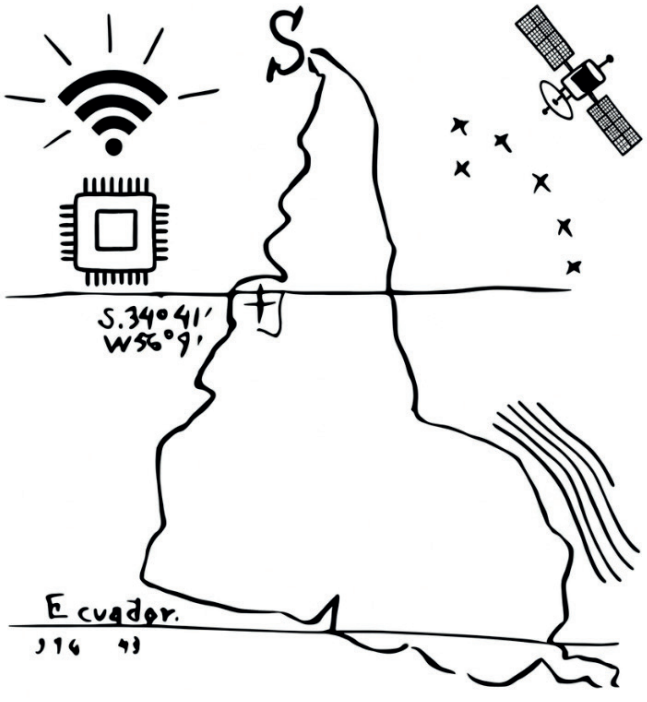
nos modos de pensar a linguagem, o ensino e a produção de conhecimento, assim reconfigurando práticas e subjetividades. Como discutimos no LabIA/Pós-Crítica ao longo de 2025, talvez estejamos assistindo ao surgimento de uma nova disciplina derivada das IAs: a *promptologia*, um campo do conhecimento que mobiliza as diversas áreas das humanidades, demandando, inclusive, que cogitemos a pertinência ou a necessidade de elaborarmos uma *pedagogia do prompt*.

Os dois últimos artigos do dossiê também compõem um pequeno bloco, que, complementando o bloco anterior, concentram discussões mais diretas sobre a epistemologia (e o epistemicídio) da IA, sobretudo a partir das teorias decoloniais. Em "Descolonizando algoritmos: epistemologias críticas e alternativas à IA hegemônica", Maria Gabrielle Fernandes Vieira de Sousa descreve os modos pelos quais os algoritmos reproduzem desigualdades sociais e culturais, fazendo das novas tecnologias uma ferramenta avançada — e ainda descontrolada, e desregulada — de manutenção ou de revigoramento do arcabouço simbólico das subalternizações. Ao mesmo tempo, ela nos mune de quatro contraferramentas capazes de pôr abaixo essa prisão que é o imaginário colonial: a ética relacional, as epistemologias africanas (como a filosofia Ubuntu), o *data feminism* e a *design justice*. Vale tomar o texto de Sousa como uma espécie de guia de guerrilha epistemológica, a favor da cosmodiversidade, que, como lembra Yuk Hui em *Tecnodiversidade*, libertará a imaginação para que pensemos futuros múltiplos e benfazejos, que não precisem dos elementos distópicos tão em voga atualmente, como a dominação pelas máquinas ou mesmo a extinção da vida pelos usos necropolíticos das novas tecnologias.

Encerrando a seção de artigos, em "Racionalidade técnica e subjetivação algorítmica no Sul Global: colonialidade, produção de saber e a urgência de resistências epistêmicas", Lívia Victória Warol Carneiro nos alerta para o fato de que o discurso oficial das *big techs* — em sintonia com o *Zeitgeist* neoliberal, que opõe toscamente o técnico ao político, no intuito de esconder que o técnico é político, ou de gozar o fetichismo da técnica — tem nos seduzido a pensar que as IAs podem tornar mais eficazes as políticas públicas, graças a suas poderosas modelagens preditivas. É argumento parecido ao que, no livro

As big techs e a guerra total, lançado em 2025, Sérgio Amadeu da Silveira defende que pode se tornar o discurso legitimador de uma guerra permanente e de caráter imperialista, provocada pelo Norte contra regiões do Sul Global, com maior adesão da opinião pública do Norte por provocar menos baixas em seus soldados. Carneiro, entretanto, se detém em destrinchar, com base no pensamento crítico e decolonial latino-americano e brasileiro, como a colonialidade do poder é a colonialidade do saber. Por isso, tal qual Maria Gabrielle Fernandes Vieira de Sousa, suas contraferramentas são os autores que, nos ajudando a decolonizar o saber, estremecem o poder em prol duma indeterminação cujo potencial nos cabe aproveitar, fazendo jus ao lema do artista uruguaio Joaquín Torres García (1874-1949), expresso no manifesto *La escuela del Sur* e sintetizado no desenho hoje conhecido *América Invertida*: nosso Norte é o Sul.

Figura 1 – *Nuestro norte es el Sur*, ou *Torres García Reloaded*, ou *América Digital Invertida*. Imagem gerada pelo Gemini a partir de *prompt* de Breno Fernandes (fev. 2026).



Para além dos mencionados artigos, este dossiê também traz duas resenhas de obras que nos ajudam a *hackear*, pela crítica cultural, a IA hegemônica, adentrando-a por suas brechas mais sensíveis. Em "No fim da leitura, não saia desconfortável, saia desperto", Joceane Lopes Araújo e Tatiane Alves Ribeiro dissecam, capítulo a capítulo, o magistral *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, parceria de Deivison Faustino, doutor em sociologia, atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (USP), e Walter Lippold, doutor em história e atualmente professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lançado em 2023, *Colonialismo digital* é o que de melhor o pensamento crítico brasileiro tem produzido para encarar os desafios das novas formas de dominação *hi-tech*.

Num preciso complemento a esse olhar para os efeitos do colonialismo digital no Sul, Ana Caroline Sales e Souza Garcia, em "Book review — *The use of technology for the management of the EU/US immigration and asylum policy: possible risks for fundamental rights protection*, by Marta Kołodziejczyk", nos permite ver o que se passa do outro lado do espelho. Sua resenha da obra lançada em 2020 por Marta Kołodziejczyk, pesquisadora associada ao Centro de Estudos Europeus da Universidade Jagiellonian, na Cracóvia, mostra como, nos países do Norte, ocorre um franco processo de *digitalização das políticas de migração*, que envolve biometrias, sistemas de reconhecimento facial e de voz e outras ferramentas de monitoramento que têm se tornado mais eficazes à medida que as IAs evoluem. Mais eficazes, porém mais invasivas, e o livro de Kołodziejczyk trata justamente disto, de como essas tecnologias representam riscos à privacidade e à proteção de dados dos imigrantes, a maioria, como sabemos, oriunda do Sul Global e em situação de vulnerabilidade extrema, como é o caso dos refugiados. Em última instância, Kołodziejczyk discute questões relacionadas à soberania estatal e à autonomia individual, impostas por essas novas lentes do panóptico foucaultiano, e Souza Garcia nos conduz didaticamente pelo pensamento da autora, concluindo que reformular o conceito de discriminação, a fim de que possa incluir a interação entre máquinas e humanos, é crucial para assegurar que refugiados exerçam plenamente seus direitos internacionais.

Para fechar o dossiê com uma boa dose de antropofagia, Ana Lígia Leite e Aguiar e Breno Fernandes entrevistam Thiago Novaes, um dos principais divulgadores do pensamento do francês Gilbert Simondon (1924-1984) no Brasil e na América Latina. Simondon é um dos grandes filósofos do século XX, que o mundo ainda está por conhecer. Influência para Gilles Deleuze, que o leu e o resenhou enquanto fazia doutorado, a filosofia da técnica de Simondon, construída em duas teses escritas ao longo da década de 1950, antecipou em pelo menos 30 anos as ideias do *Manifesto ciborgue* de Donna Haraway, texto de 1985 que muitos consideram fundador da filosofia humano-máquina. Simondon, em sua obra, concebeu uma ontologia focada não no indivíduo, e sim no processo mesmo de individuação, que, por não cessar jamais, nos alça à condição de seres permanentemente metaestáveis, isto é, em mutação a partir do encontro com o *outro*. Esse *outro*, porém, não se limita ao humano, mas contempla também as máquinas, os objetos técnicos, que para ele, no contexto de hegemonização da cultura burguesa, foram relegados a um *status* inferior, em comparação à arte, à linguagem e à religião, o que só resultou numa ampla *alienação técnica*, cuja superação, advogava Simondon, conseguiremos apenas por meio da *educação técnica*.

Pensamento tão original permaneceu marginalizado por décadas, inclusive na própria França, onde a obra completa de Simondon só veio à luz no início dos anos 2000. Porém, como conta Novaes, na entrevista, foi na América Latina onde a obra completa dele primeiro foi publicada, e é na América Latina que a potência de seu pensamento, antropofagicamente, está sendo deglutida e transformada em sofisticada teoria contra-hegemônica. Novaes, antropólogo de formação, tradutor e divulgador de Simondon, é também um dos fundadores da *Red Latinoamericana de Estudios Simondonianos* (ReLÉS), que discute e amplia a filosofia da técnica em nossa região.

Se a lógica em que se baseia a variante conexionista, em contraponto à de simbolização própria e como potência de qualquer ser humano, aciona as redes neurais da série digital como se estas fossem já, e de pronto, uma ocupação do ser cognitivo que é em tese cada um de nós, por nosso poder de palavra (ler o mundo, renomear as coisas, transformar o mundo e não ser ape-

nas um farrapo em hordas e rebanhos), então a questão não é substituirmos o simbolismo pelo conexionismo e vice-versa, mas sim como as técnicas que inventamos desde sempre nos constituem e, ao mesmo tempo, são postas em distanciamento por nossa potência de estarmos acima delas, não rebaixados à sua lógica, a seu funcionamento e aos usos nefastos pelos sistemas de dominação e seus abutres.

Imagine uma lógica de barbárie qualquer que resolva impor que apenas os escolhidos, sabe-se lá de quem, têm o dom da palavra verdadeira, de conduzir o rebanho, de negar a história dos povos em sua singularidade, e o que é pior: de colocar um *chip* na cabeça de milhões e exercer o controle dos desejos, dos afetos, do vocabulário e o sentido das palavras, a ponto de não se ter mais discernimento de o que é o ser humano onde quer que ele rebente, construa culturas, invente religiões como poéticas de sua existência.

Pois é: sem autonomia de linguagem, nenhum falante poderá dispor de sua potência de conhecer. Que tenhamos a capacidade de problematizar as metáforas; de transformar metáforas em conceitos; de quebrar ponto por ponto a lógica da predicação, começando por interpelar a relação entre palavra e coisa e quem se manifesta por trás dos enunciados; de refazer as premissas maiores, menores e sua relação de conclusão; e de abrir clareiras com novos sentidos, como horizontes de esperança e transvaloração de valores. Inclusive os valores da institucionalidade, tais como a nação e o sistema político, jurídico, educacional. Senão, o que fazer com nossas riquezas naturais em tempos de expropriação não apenas dos minerais raros, mas também de nossa água, nossos dados civilizacionais, entre outras riquezas? E se não houver regulação, ética, cooperação multilateral com países do Sul Global, muita luta e organização por direitos e disputa ideológica por autodeterminação informacional no Brasil, nesses tempos de contradições extremas do capitalismo sem capital produtivo e sem mais-valia; nesses tempos de tecnofeudalismo?

E mais: qual o papel da educação sem se fazer uma autocrítica? Qual o papel da ciência da linguagem? Como organizar uma espécie de pedagogia do *prompt* após uma inversão de sinal que coloque, na cena problematizadora, os despejados de sua língua, cultura, territórios e do próprio si?

São muitas as contraferramentas apresentadas neste dossiê, desde as que atravessam epistemologias africanas, e indígenas, e chinesas, e persas, aos dispositivos *hackers* que nos permitem a todos colocarmos o colonialismo digital no centro do debate de qualquer movimento socialista, organizativo e de trabalhadores(as), e assim aprendermos a praticar o rastreamento dos rastros das políticas de exclusão, de monitoramento, de eleição de alvos; e assim, finalmente, dramatizarmos a tecnicidade que atravessa e constitui o ser individual e o ser coletivo, em sua luta permanente com e contra os aparatos de saber e de poder que compõem as *big techs* e seu programa de guerra total contra as formas de cognição dos povos subalternizados pelo mundo.

Essa é a oferenda antropofágica do LabIA/Pós-Crítica para os(as) leitores(as).

Os Organizadores